Diálogos en Mercosur – Rede Académica
Serie Diálogos en Red – Nuestra América

REFLETINDO SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DAS AÇÕES COLETIVAS

Agripino Souza Coelho Neto[1]

Introdução

Desejamos com este texto reunir e sistematizar um conjunto de reflexões que foram objeto de preocupações em nossos últimos estudos, mais especificamente em dois Projetos de Pesquisa. O primeiro, intitulado “Redes e Territorialidade no Espaço Sisaleiro da Bahia”, cujo objetivo geral foi compreender o processo de reconfiguração territorial do Espaço Sisaleiro da Bahia, considerando as estratégias espaciais de formação e operação das redes de coletivos sociais organizados, desenvolvido entre 2009 e 2012. O segundo, em execução desde 2013, intitula-se “Ação Coletiva e Territorialidade: decifrando o comportamento socioespacial das associações comunitárias rurais no Espaço Sisaleiro da Bahia”, tem como objetivo compreender o papel exercido pela espacialidade nas práticas sociais desenvolvidas por determinadas modalidades de ações coletivas, sobretudo, no processo de gestação e funcionamento de associações comunitárias rurais que atuam no Espaço Sisaleiro da Bahia. Os resultados dos estudos encontram-se dispersos em trabalhos anteriores (COELHO NETO, 2010, 2011, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2013e, 2014, 2015)

Nosso recorte temático de análise se dirige para compreensão da geograficidade das ações coletivas, valendo de determinados conceitos operatórios que foram acionados com este propósito, a exemplo do

[1] Universidade do Estado da Bahia – UNEB - BRASIL/TECEMOS-TERRITÓRIOS

território/territorialidade, redes socioterritoriais, políticas de escalas, estratégias-rede socioespaciais.

Este texto está nucleado em duas seções: na primeira, buscamos enfatizar as possibilidades explicativas do acionamento da dimensão espacial para compreensão das ações coletivas, tendo como categorias operatórias a rede e o território, que foram articuladas para compor as redes socioterritoriais. A segunda seção se debruça sobre a atuação das ações coletivas, identificando como elas acionam a rede e a escala como estratégias de mobilização e organização. Desse modo, concebemos a rede e a escala para além de um constructo teórico, mas como categorias da prática sociopolítica das ações coletivas.

Território, rede e redes socioterritoriais

Partimos da constatação de que, o estudo das ações coletivas no âmbito das ciências sociais, acaba desprezando a espacialidade da sociedade, perdendo a oportunidade/possibilidade de capturar o papel fundamental que a dimensão espacial ocupa na organização e atuação dessas formas sociais.

Não é recente o alerta que os geógrafos vêm fazendo nessa direção, ou seja, a de informar a validade explicativa que o espaço pode prestar na tarefa de lançar luz aos processos societários. Para ilustrar nosso argumento encontramos uma voz do final do século XIX que chamava atenção para a importância da espacialidade, neste caso para compreensão do fenômeno do Estado Territorial:

> Embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. [...] Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado. (RATZEL, 1990, p. 74 apud HAESBAERT, 2004, p. 63).

Um esforço nesta direção foi elaborado Fernandes (2000a, 2000b, 2005). O autor parte da constatação de que os estudos dos movimentos sociais na geografia se apoiavam sempre nos estudos sociológicos e que estes não levam em consideração a dimensão espacial (e territorial) da ação dos movimentos sociais. Todavia, os conteúdos da abordagem dos sociólogos estão predominantemente centrados nas formas de organização e nas relações sociais, sem buscar compreender os espaços e territórios produzidos pelos movimentos sociais.

O autor formula o conceito de movimentos socioterritoriais, considerando que a inclusão do termo territorial estabelece uma condição fundamental na análise desse fenômeno social, em uma perspectiva geográfica. Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas como condição essencial para sua existência.

> Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31).

O autor destaca o papel da espacialidade (que se empiriciza via a territorialidade) como componente de estrutur-ação dos movimentos sociais, que se formam e operam através dos processos de construção e reconstrução de suas territorialidades.

Em uma perspectiva análoga, no sentido de capturar a geograficidade das ações coletivas, cunhamos o termo redes socioterritoriais (COELHO NETO, 2013a), analisando o comportamento espacial de associações comunitárias rurais, cooperativas de agricultores camponeses e sindicato de trabalhadores rurais que operam no Espaço Sisaleiro da Bahia. Para essas formas de ações coletivas que se organizam em redes, a territorialidade é uma estratégia de mobilização, organização, luta, afirmação e sobrevivência. Essa

proposta é exatamente um produto que se desdobra da articulação dos conceitos de rede e território.

Nos limites das reflexões desenvolvidas nas pesquisas aludidas na introdução, temos recorrido aos conceitos de rede e de território com o propósito de compreender o processo de mobilização, organização e operação de um conjunto de organizações sociais (sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais e cooperativas de produção, de serviços agrícolas e de crédito rural) que atuam de forma articulada, acionando a territorialidade como conteúdo estratégico de suas ações.

Uma perspectiva predominante no âmbito das ciências sociais, no que concerne à compreensão das mais variadas formas operação das chamadas ações coletivas, tem utilizado o conceito de redes sociais para designar os vínculos estratégicos empreendidos pelos mais diversificados formatos organizacionais da sociedade civil organizada. O próprio conceito adjetivado de redes sociais foi objeto de pulverização de sua significação, sendo acionado por diferentes campos disciplinares para focalizar fenômenos de natureza distinta, seja na sociologia, na antropologia, na administração, na comunicação e até mesmo nas ciências da saúde (COELHO NETO, 2012).

> Todavia, mesmo o conceito de redes sociais como vem sendo formulado e adotado nas ciências sociais *strictu sensu*, embora se detenha sobre o nosso objeto de estudo e ofereça referenciais importantes que não foram desprezados, não consegue dar conta da compreensão do fenômeno objetivado nesta pesquisa, ou seja, lançar luz sobre o ângulo no qual nos detivemos de modo privilegiado e particular, considerando a centralidade da dimensão espacial da ação social (COELHO NETO, 2013, p. 385).

Em nosso percurso, identificamos/privilegiamos essa dimensão espacial pelo viés da territorialidade, ou seja, pelo conteúdo territorial das ações dos sujeitos sociais, considerados como redes de organizações sociais. A especificidade de nossa interpretação consiste exatamente em demarcar e reforçar a natureza espacial das ações empreendidas pelas organizações

sociais, demonstrando que a territorialidade ocupa um papel nuclear nas estratégias-rede desenvolvidas pelos agentes sociais focalizados.

Considerando as manifestações evidenciadas em nossa empiria (associações comunitárias rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas de agricultores camponeses, do Espaço Sisaleiro da Bahia) e, recuperando elementos da análise que desdobramos a partir delas, é possível apontar algumas conclusões fundamentais:

> A primeira, mais banal, refere-se à constatação de que as organizações-rede produzem (distintos) territórios no desenvolvimento de suas ações; a segunda, por sua vez, equivale à afirmação de que o funcionamento da(s) rede(s) de organizações do Território do Sisal se valem e acionam as múltiplas territorialidades construídas; e por fim, a última conclusão se refere ao papel estratégico que a territorialidade exerce na organização e operação da(s) rede(s) de organizações sociais (COELHO NETO, 2013, p. 385).

O reconhecimento da presença da ideia de rede como forma de organização/articulação das modalidades de ações coletivas estudadas e, simultaneamente, na constatação do estabelecimento de relações com sua espacialidade, conformando territorialidades e elegendo-a como conteúdo estratégico de suas ações, ousamos cunhar o conceito de redes territoriais, assim definido:

> Consideramos como redes socioterritoriais determinadas modalidades de ações coletivas, cujos processos de formação e funcionamento se ancoram na territorialidade que, por sua vez, ocupa uma posição estratégica fundamental nas práticas sociais que elas empreendem. Em nosso caso empírico, trata-se de uma modalidade de ação coletiva que equivale à constituição de organizações sociais de trabalhadores rurais (expressa no sindicalismo, associativismo, cooperativismo), mobilizando a territorialidade como estratégia socioespecial de organização, operação e afirmação (COELHO NETO, 2013, p. 387).

No bojo dessa formulação, concebemos a territorialidade como os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em um

controle e/ou apropriação material e/ou simbólica, que confere uma significação ao espaço e possibilita que os grupos sociais construam formas de reprodução social.

Em termos empíricos, identificamos que a territorialidade se configura como uma estratégia socioespacial das redes, manifestando-se a partir das seguintes operações:

(i) Na demarcação de um espaço-referência acionado no planejamento estratégico e nas ações das principais organizações-rede;
(ii) Na apropriação de elementos espaciais (remetidos à Região Sisaleira ou Território do Sisal) no desenvolvimento de suas atividades produtivas;
(iii) Na construção de um projeto político coletivo para o Território do Sisal, que pressupõe um protagonismo das organizações sociais estudadas;
(iv) Na elaboração de enunciados, discursos e reivindicações de base espacial em torno da Região Sisaleira/Território do Sisal.

Importante ressaltar que, os sujeitos individuais (agricultores camponeses) e coletivos (associações, cooperativas e sindicatos), organizados territorialmente, apropriam-se de frações do espaço, acionando-o e significando-o nas tramas sociais, tornando-o seus territórios. O território é concebido como uma fração do espaço controlado e/ou apropriado material e/ou simbolicamente como trunfo e como base de luta, sobrevivência e reprodução dos grupos sociais.

Nessa perspectiva, o território não é um simples recorte espacial objeto de regionalização, como se verifica na política de Desenvolvimento Territorial Rural do MDA, ou um mero recurso de localização da distribuição dos fenômenos, postura frequentemente adotada (e recentemente intensificada) por vários estudos acadêmicos em decorrência da popularidade atual do conceito (fato constatável mesmo em trabalhos no campo da Geografia). O

território não é também, apenas um palco inerte no qual os fenômenos ocorrem (e no qual as redes de organizações sociais se movimentam).

Aproveitamos uma formula lefebvriana desenvolvida por Santos (1978), que concebe o espaço não como um palco no qual as coisas se desenrolam (ou no nosso caso, um território onde as tramas acontecem), mas como um componente fundamental que participa da dinâmica social, ou seja, o espaço considerado como um produto, mas, também, como meio e condição de reprodução da sociedade. Esse raciocínio pode ser empregado para o território, pois, "as redes socioterritoriais, ao produzirem suas territorialidades, constroem, simultaneamente, suas próprias condições materiais e/ou simbólicas de existência". A territorialidade é assim considerada "como um produto histórico e geograficamente determinado, construído a partir das tramas político-espaciais", no entanto, a territorialidade exerce um papel fundador e constitutivo na estruturação dos grupos sociais, sendo acionado como conteúdo estratégico nos discursos e nas práticas, e contribuindo para assegurar a reprodução social (COELHO NETO, 2013a, p. 388).

Estratégias-rede socioespaciais e políticas de escalas

Diversas ações e atividades desenvolvidas pelos agricultores camponeses e suas organizações sociais podem ser consideradas como estratégias de formação de redes. Se pensarmos no núcleo de significação que o conceito de rede evoca, como na referência as noções de ligação, conexão, tecedura, trama, enlace e captura (COELHO NETO, 2012), parece-nos inquestionável que os modos de operação das aludidas organizações sociais expressam empiricamente organizações-rede.

Trata-se da articulação de agricultores camponeses, formando associações comunitárias rurais que, por conseguinte, se juntam a outras associações e cooperativas para formar organizações-rede mais complexas e em escalas espaciais distintas, isto é, ampliando seus horizontes de atuação da escala local para a escala regional e nacional. Essas observações nos

levam inexoravelmente as noções de rede e escalas como estratégias, mais especificamente naquilo que estamos chamando de estratégias-rede socioespaciais e políticas de escalas.

Em seu funcionamento, as redes socioterritoriais desenvolvem um conjunto de estratégias-rede, que assumem duas perspectivas distintas, conforme descrito por Scherer-Warren (1999): (i) como forma organizacional ou (ii) como estratégia de ação coletiva e de inter-relação.

Na primeira perspectiva, a noção de rede se torna constitutiva da existência das organizações sociais, configurando-se através dos formatos organizacionais desenhados pelas conexões de indivíduos e entidades, com a criação de organizações-rede primárias (como os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações comunitárias rurais e as cooperativas de agricultores), e de organizações-rede mais complexas (que reúnem associações, cooperativas e até sindicatos na mesma entidade).

Páginas 389-390-391

A estratégia-rede se configura também nos modos de operação e nas práticas desenvolvidas pelas redes socioterritoriais, que vão desenvolvendo renovados, múltiplas e diferentes mecanismos de ação conjunta. Empiricamente, as estratégias-rede se manifestam através de algumas práticas socioespaciais que expressam um comportamento escalar, num movimento que implica:

(i) Constituição e participação em redes regionais e nacionais de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária;
(ii) Participação em conselhos, fóruns, feiras e outras modalidades de redes de articulação política e econômica, estruturadas nas escalas regional (seguindo as delimitações dos Territórios de Identidade do Governo da Bahia), estadual (escala de governo) e nacional;
(iii) Estabelecimento de parcerias com agentes situados nas mais variadas escalas espaciais, desde as parcerias com agentes locais até parceria com organizações não governamentais internacionais.

Fica explicito que o comportamento espacial das estratégias-rede apresenta um nítido e forte conteúdo escalar, pois envolve a articulação entre sujeitos sociais situados (e territorializados) em diferentes lugares que se associam e se conectam, formando redes em múltiplas dimensões escalares.

As organizações-rede primárias (como os sindicatos de trabalhadores rurais e as associações comunitárias rurais) articulam indivíduos na escala local e regional. As organizações-rede complexas, por sua vez, são resultados da conexão de entidades organizadas nas escalas local e regional, para compor redes multiescalares. A sustentação das redes nacionais de cooperativismo e de sindicalismo, por exemplo, se faz através de suas bases localmente situadas (e territorializadas), pois é nas diversas escalas articuladas que as redes encontram sentido, pertinência e asseguram as bases de sua existência e funcionamento.

Portanto, as redes socioterritoriais acionam e manipulam a escala como mecanismo organizativo e como recurso estratégico para viabilização de seus propósitos, construindo políticas de escala. Estamos concebendo as políticas de escalas como:

> [...] o campo no qual tem lugar as lutas materiais e discursivas entre diferentes atores para estabelecer configurações escalares hegemônicas. Nesta luta os atores utilizam ‘narrativas escalares ’ para justificar e dar impacto aos seus argumentos (GONZÁLEZ, 2010, p. 125-126, tradução nossa).

Nesse sentido, como argumenta Harvey (2000, p. 108), “[...] os seres humanos produzem e fazem efetivas suas próprias escalas para alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos”. Se considerarmos que as redes de organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia fazem uso da escala como estratégia para se organizar e alcançar seus propósitos, cujos entrelaçamentos de discursos e práticas têm o espaço como referência (ACSERLRAD, 2002), é possível pensar que eles empreendem “políticas de escala” (COELHO NETO, 2013a).

Portanto, a escala é “[...] tanto um objeto como um meio para as lutas econômico-políticas”, pois, “[...] as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder”, o que permite concluir que as escalas são expressões dessas relações (GONZÁLEZ, 2010, p. 126, tradução nossa). As escalas não podem ser concebidas como níveis organizados hierarquicamente, mas “[...] várias contribuições têm sugerido a metáfora da rede como a mais adequada para entender os processos nos quais opera a política de escalas” (GONZÁLEZ, 2010, p. 127, tradução nossa).

As redes socioterritoriais assumem distintos conteúdos nas diferentes escalas geográficas, ou seja, em cada escala, elas constroem pertinências e são portadoras de significados particulares.

> Desse modo, concluímos de forma sintética que, na escala local, as redes socioterritoriais desempenham um papel decisivo na construção de solidariedades comunitárias, pois, as associações de agricultores rurais viabilizam a constituição de solidariedades locais e imediatas, tecidas através da coexistência no mesmo espaço vivido (no povoado rural, assentamento ou fazenda), ou seja, na busca coletiva de alternativas para enfrentamento dos problemas comuns, próprios do compartilhamento à mesma realidade socioespacial (COELHO NETO, 2013a, p. 390).

Na escala regional, as redes socioterritoriais são produtoras de horizontalidades socioespaciais, caracterizadas como um tecido socioespacial conformado por relações de proximidade, de vizinhança, de um acontecer homólogo, ativado por relações de cooperação e reciprocidade que articulam sujeitos individuais e coletivos, e aproximam os lugares, por meio do estabelecimento de alianças e o compartilhando de soluções/alternativas de vida. Enfim, as ações coletivas, associações, cooperativas e sindicatos, acionam e manipulam a escala como mecanismo de luta e organização política e operação econômico-produtiva.

Portanto, o esforço de capturar a espacialidade da ação social, através do acionamento de categorias espaciais como a rede, o território e a escala se mostra como instrumento um teórico profícuo no campo das humanidades, que

pode superar o movimento de secundarização e invisibilidade da dimensão espacial da sociedade.

Referências

ACSERLRAD, H. Território e Poder: a política das escalas. In: FICHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no território do sisal. *in* **(Geo)grafias dos movimentos sociais.** COELHO NETO, A. S; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A. Editora UEFS, Feira de Santana, 2010.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais e territorialidade no semi-árido brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-18, 2011.

COELHO NETO, A. S. Da amplitude de usos e significações do conceito de rede na ciência contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 131, p. 181-189, 2012.

COELHO NETO, A. S. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2013a.

COELHO NETO, A. S. As estratégias-rede cooperativistas no Espaço Sisaleiro da Bahia. **Bahia - Analise & Dados**, v. 23, p. 247-262, 2013b.

COELHO NETO, Agripino Souza. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago., 2013c.

COELHO NETO, A. S. **Redes e territórios**. Mercator. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013d.

COELHO NETO, A. S.. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. GEOgraphia (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013e.

COELHO NETO, A. S. A formação de redes de organizações sociais no Espaço Sisaleiro da Bahia: processos, escalas e temporalidades. In: **Anais** VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales. São Paulo: USP, 2014. v. 1. p. 258-277.

COELHO NETO, A. S.; LIMA, J. S. Rede e território como conteúdo da prática sociopolítica das ações coletivas. **Revista Geografares**, v. 19, p. 76-84, 2015.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre**, n. 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente, **Revista Nera**, ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005.

GONZÁLEZ, S. Las narrativas escalares da globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 123-149.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.